

41º EXAME DE ORDEM UNIFICADO

DIREITO EMPRESARIAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL



SEU CADERNO

Além deste caderno de rascunho contendo o enunciado da peça prático-profissional e das quatro questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas.



TEMPO

- 5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- 2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de rascunho.
- 1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de rascunho.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os examinandos.
- Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.
- Portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, walkman, agenda eletrônica, notebook, netbook, palmtop, receptor, gravador, telefone celular, máquina fotográfica, protetor auricular, MP3, MP4, controle de alarme de carro, pendrive, fones de ouvido, Ipad, Ipot, Iphone etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha e/ou corretivo de qualquer espécie.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se a disciplina constante da capa deste caderno coincide com a registrada em seu caderno de textos definitivos. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Comunique seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos. Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.

Não será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do examinando.

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.

- A FGV coletará as impressões digitais dos examinandos na lista de presença .
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses examinandos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na Coordenação do local de provas. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, deverá assinar termo desistindo do Exame e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.
- Boa prova!

"Qualquer semelhança nominal e/ ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência"



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2407255104M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ordem dos Advogados do Brasil

OAB

EXAME:

2ª Fase do Exame 41º

DISCIPLINA:

Direito Empresarial

PROFESSOR:

Renato Borelli

MODELO/BANCA:

FGV – OAB

DATA DE APLICAÇÃO:

08/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

08/2024

PEÇA PROFISSIONAL

Residentes em Juazeiro do Norte-CE, os amigos Paula, Pedro, Plínio e Patrícia resolveram abrir uma sociedade empresarial.

Dessa forma, os 04 (quatro) amigos compõem o quadro societário da 4P Comércio de Alimentos Ltda., sociedade com capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), valor totalmente integralizado, dividido em 10 quotas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, distribuídas da seguinte forma: 3 quotas para Paula, 2 quotas para Pedro, 2 quotas para Plínio e 3 quotas para Patrícia, que é a sócia administradora da sociedade, conforme disposições do contrato social.

Há algum tempo, não satisfeita com os vencimentos que recebia da sociedade 4P Comércio de Alimentos Ltda., Patrícia acabou praticando, de forma consciente e com o único objetivo de obter vantagem ilícita, atos tipificados em lei como crimes, diretamente relacionados ao exercício da atividade empresarial.

Tomando conhecimento da situação, Paula, Pedro e Plínio procuram o seu escritório de advocacia para saber o que precisa ser feito para resolver o problema, demonstrando interesse em excluir Patrícia da sociedade.

Com base na situação acima descrita, identifique a medida judicial pertinente, apresentando os fundamentos de fato e de direito que devam ser aplicados ao caso concreto.

QUESTÃO 01

Márcio Benevides deixou, em consignação, o carro de sua propriedade na S/A Anápolis MultCar para que essa sociedade pudesse intermediar a venda do automóvel a terceiro. Sete dias depois, ao retornar à concessionária para buscar o automóvel, Márcio Benevides foi surpreendido pelo fato de ter encontrado o estabelecimento lacrado, em decorrência da decretação da falência da mencionada concessionária. Inconformado, Márcio Benevides procura-o(a), como advogado(a), e lhe apresenta algumas indagações. Responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

- A) Qual medida poderá ser por ele manejada para reaver o veículo de sua propriedade que se encontra em poder da devedora falida? (0,75)
- B) Caso o automóvel não venha a ser localizado, por ter sido vendido, como deverá proceder? (0,50)

QUESTÃO 02

Harley Samaga, administrador da sociedade empresária Trend Junk Comunicação LTDA., em conluio com seus dois primos, realizou empréstimos a eles em nome da sociedade, a fim de obter crédito para si, o que era vedado pelo contrato social. Essas práticas reiteradas descapitalizaram a sociedade porque a dívida não foi honrada.

Após mais de três anos, foi decretada a falência, com fundamento na impontualidade. No curso do processo falimentar, o administrador judicial verificou a prática, antes da falência, de outros atos pelo administrador em unidade de propósitos com seus primos – dentre eles, a transferência de bens do estabelecimento a terceiros, lastreados em pagamentos de dívidas fictícias.

De acordo com o enunciado e as disposições da Lei de Falência e Recuperação de Empresas, responda aos itens a seguir.

- A) Qual a medida judicial cabível para recuperar os bens e valores que foram subtraídos do patrimônio da sociedade empresária, e quais são os seus fundamentos? Justifique. (0,60)
- B) Quem tem legitimidade ativa para a referida ação? Qual o prazo para sua propositura e qual a natureza desse prazo? Justifique. (0,65)

QUESTÃO 03

SIMAB S/A contratou os serviços da Trans Alfredo LTDA. para o transporte de veículos automotores. A carga deveria ter sido entregue no dia 12 de maio de 2023, mas, devido à interdição da rodovia pela Polícia Rodoviária Federal, a chegada no destino ocorreu dois dias depois.

Isaac Sousa, empresário individual e um dos destinatários, verificou, ao receber a carga, que parte dela estava avariada. Todavia, o protesto por avaria foi realizado após a entrega ao transportador, no dia 14 de maio de 2023, que se recusou a reparar o dano, levando o destinatário a reclamar o prejuízo junto à SIMAB S/A.

A seguradora da SIMAB S/A indenizou Isaac Sousa de seu prejuízo e demandou a Trans Alfredo LTDA. em ação de regresso, com base na Súmula n. 188 do STF (“O segurador tem ação regressiva contra o causador do dano, pelo que efetivamente pagou, até o limite previsto no contrato de seguro”) e no art. 786 do Código Civil.

Na contestação ao pedido, a ré invocou a decadência do direito do destinatário à reparação civil pela reclamação intempestiva; no mérito, aduziu que há limitação de responsabilidade do transportador ao valor indicado no conhecimento de transporte rodoviário, não cabendo o pagamento do valor integral efetuado pela seguradora.

Com base nas informações acima, responda aos itens a seguir.

- A) Houve decadência do direito à reparação civil pelos prejuízos sofridos pelo destinatário com a avaria parcial da carga? (0,50)
- B) Procede a alegação de mérito quanto à limitação da responsabilidade do transportador? (0,75)

QUESTÃO 04

Monfort Beleza Pura S/A, sociedade empresária que atua no ramo de produtos de higiene, vendeu, em 27 de março de 2023, 50 lotes de condicionadores e cremes para pentear ao Salão de Beleza Nova Mulher Ltda. Pela negociação realizada, foi extraída duplicata na mesma data, com vencimento em 30 de abril do mesmo ano, restando corporificado o crédito decorrente do contrato celebrado. Passadas duas semanas da emissão do título, a sociedade sacadora remeteu o título ao sacado para aceite. Contudo, embora tenham sido entregues as mercadorias ao funcionário do salão de beleza, ele não guardou o respectivo comprovante. A sociedade adquirente, apesar de ter dado o aceite, não honrou com o pagamento na data aprazada, o que fez com que a emitente o(a) procurasse na condição de advogado(a).

Em relação ao caso acima, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

A) Pela via judicial, de que forma o emitente poderia proceder à cobrança do título? (0,60)

B) Qual seria o prazo prescricional para adotar essa medida contra a sociedade adquirente? (0,65)